

SEM PÁTRIA E SEM DIREITOS: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO ROHINGYA A PARTIR DA APATRIDIA

Por Luísa de Sá Rollemberg

INTRODUÇÃO

A perseguição sofrida pelos Rohingya em Myanmar e sua consequente fuga tem ganhado espaço na mídia e nos debates internacionais. O governo de Bangladesh – país vizinho e principal receptor dos refugiados Rohingya – não tem sido capaz de acolher o número alarmante de pessoas que chegam ao país, resultando em campos de refugiados sem a estrutura necessária para acolher essa população. O que deveria ser a última esperança de um grupo perseguido se torna um ambiente inóspito, mas, ainda assim, preferível a sua condição em seu país de origem. Enquanto muito se fala sobre a crise migratória que a Europa está sofrendo com o grande fluxo de refugiados, o drama de Bangladesh, um país que sofre com a pobreza de seus próprios nacionais e com grande concentração populacional, permanece pouco explorado.

A violação dos direitos dos Rohingya não é recente. Mas, afinal, que direitos teriam os Rohingya se eles não pertencem a nenhum país? Para além da perseguição vivida nos últimos meses, o status de apátrida já se configurava em uma violência por retirar seus direitos e transforma-los em estrangeiros em seu próprio país. Desse modo, será dado enfoque ao significado de ser apátrida e suas consequências. Antes, será feito um breve histórico da presença dos Rohingya em Myanmar para uma melhor compreensão de quem é essa população e porque ela está sendo perseguida.

QUEM SÃO OS ROHINGYAS?

Os Rohingya representam uma minoria muçulmana em um país majoritariamente budista. A maior parte vive no estado de Rhakine, localizado em Myanmar na fronteira com Bangladesh, e constituem mais de um terço da população da região, dividindo espaço com a população Rakhine. Sua origem é incerta e é a principal fonte de discussão entre os dois lados do conflito. Segundo a minoria, suas raízes precedem 1799, tornando-os nacionais do país. Já os birmaneses afirmam que os Rohingya são, na verdade, uma onda de imigrantes provenientes de Bangladesh que chegaram ao Myanmar no século XIX durante a colonização

britânica¹ para trabalhar nas terras não-ocupadas do país. Desse modo, o governo birmanês rechaça o termo “Rohingya” e os considera imigrantes ilegais de Bangladesh (MAHMOOD; WROE; FULLER; LEANING, 2017).

Em 1962, um golpe de Estado colocou o Caminho Birmanês para o Socialismo no poder, sendo o único partido permitido no país e implementando um governo marxista, budista e nacionalista. Apesar disso, a cidadania da minoria Rohingya era garantida até 1982, quando foi criada uma lei decretando que eles eram imigrantes ilegais e retirando-lhes a cidadania birmanesa. Desde então, eles têm encontrado diversos obstáculos referentes à falta de cidadania, como a restrição ao acesso à educação e à saúde. Na última década, houve algumas tentativas de conceder a nacionalidade para esse grupo e o direito ao voto, mas protestos de budistas nacionalistas impediram esses avanços.

O êxodo para Bangladesh é antigo, mas a atual crise que se iniciou em 2017 intensificou a fuga. O evento que deu início à perseguição mais recente dos Rohingyas foi o ataque de cerca de 20 delegacias birmanesas pelo Exército de Salvação Rohingya de Arakan. Esse grupo foi considerado uma organização terrorista e o exército de Myanmar respondeu com dura violência a toda a população Rohingya. O resultado foi uma perseguição generalizada dessa minoria, levando as Nações Unidas e os Estados Unidos a acusarem o governo birmanês de promover uma limpeza étnica. Apenas duas semanas depois do início do conflito, aproximadamente 370 mil Rohingyas já haviam fugido para Bangladesh (EL PAÍS, 2017) e, segundo a organização Médicos Sem Fronteiras (apud EL PAÍS, 2017), pelo menos 6.700 Rohingyas morreram em apenas um mês.

Ironicamente, a atual Conselheira de Estado e líder *de facto* de Myanmar Aung San Suu Kyi foi presa pelo governo militar em 1989 por seus discursos à favor da democracia e em 1991 ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Sua atuação durante o conflito tem sido duramente criticada por ter se mantido isenta. Após um longo período de silêncio e de apelo por uma resposta da líder, incluindo nomes como de Malala Yousafzai e Desmond Tutu, Suu Kyi fez um pronunciamento criticando a atenção internacional que Myanmar estava recebendo e diminuindo a violência que os Rohingyas sofriam. Em setembro, ela anunciou que não participaria mais dos encontros da Assembleia Geral da ONU, o que prejudica a tentativa de resolução do conflito através do diálogo.

A proximidade geográfica e religiosa atrai a maioria dos Rohingyas a Bangladesh. Contudo, o país não é signatário da Convenção de 1951², dependendo de uma recente mobilização nacional para elaborar iniciativas de proteção aos novos refugiados. Aqueles que possuem documentação se dividem em dois campos de refugiados administrados pelo governo bengali, mas uma grande quantidade de migrantes sem documentos se espalham pelas cidades e em campos não oficiais. Apesar dos esforços, o governo de Bangladesh se mostra incapaz de acolher um fluxo tão intenso, como fica evidente pela condição de vida preocupante em que vivem os Rohingyas no país, com acesso restrito à água potável e à alimentação adequada. Os limitados recursos de Bangladesh leva o governo a concentrar-se em soluções imediatas, sem soluções duráveis em vista, como a inclusão dos Rohingyas na sociedade be-

1 Myanmar foi colônia do Reino Unido entre 1824 e 1948

2 Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados

gali, por exemplo.

IMPLICAÇÕES DA APATRIDIA

Não ter nacionalidade em um mundo onde os Estados-nações são os principais atores do sistema internacional se torna uma institucionalização da perseguição de um grupo, visto que restringe o acesso a direitos básicos. Segundo Albert:

The Myanmar government has effectively institutionalized discrimination against the ethnic group through restrictions on marriage, family planning, employment, education, religious choice, and freedom of movement. For example, Rohingya couples in the northern towns of Maungdaw and Buthidaung are only allowed to have two children. Rohingya must also seek permission to marry, which may require them to bribe authorities and provide photographs of the bride without a headscarf and the groom with a clean-shaven face, practices that conflict with Muslim customs. To move to a new home or travel outside their townships, Rohingya must gain government approval. (ALBERT, 2017)

Hannah Arendt (1998) define a cidadania como “o direito de ter direitos”. Essa emblemática frase é o ponto de partida de grande parte dos pesquisadores quando se estuda a apatridia. Ela significa que quando se priva um indivíduo de uma nacionalidade, o está privando não só de seus direitos como nacional de um país, mas também de seus direitos como ser humano, por não ter nenhuma instituição superior a quem recorrer. Apesar de Arendt ter escrito ao fim da Segunda Guerra Mundial, referindo-se aos desnacionalizados durante a guerra, suas ideias permanecem atuais e nos ajudam a detectar problemas decorrentes da apatridia. Ela afirma que:

O não-reconhecimento de que uma pessoa pudesse ser “sem Estado” levava as autoridades, quaisquer que fossem, à tentativa de repatriá-la, isto é, deportá-la para o seu país origem, mesmo que este se recusasse a reconhecer o repatriado em perspectiva como cidadão comum ou, pelo contrário, desejasse o seu retorno apenas para puni-lo (ARENDR, 1998, p. 313)

A repatriação é vista como uma possível solução durável pelas Nações Unidas, mobilizando esforços da sociedade internacional para que os Rohingya possam voltar para seu país de origem e se tornarem cidadãos. Contudo, a partir da análise de Arendt, é possível verificar uma possível consequência negativa da repatriação. Mesmo com a naturalização da minoria, não há garantia de que eles serão considerados cidadãos comuns.

De fato, acontecimentos recentes confirmam essa tese. Um acordo de repatriação entre Bangladesh e Myanmar foi firmado em novembro de 2017 e as autoridades dos dois países manifestam o interesse em fazê-lo o mais rápido possível. Todavia, a organização Human Rights Watch (apud THE GUARDIAN, 2017) afirma que foram queimados vilarejos Rohingya em dezembro, demonstrando que a perseguição não cessou após o acordo. A Human Rights Watch se junta a outras organizações humanitárias ao vocalizar sua preocupação com

a repatriação apressada da minoria.

É importante ressaltar a diferença entre apátridas *de jure* e *de facto*. A apatridia *de jure* é quando um indivíduo não é reconhecido como cidadão de nenhum país. Já a *de facto* representa os indivíduos que, apesar de serem legalmente cidadãos e possuírem documentos de um determinado país, não são considerados cidadãos na prática e não disfrutam os direitos que outros nacionais disfrutam. Essa distinção muitas vezes é ignorada, visto que a apatridia *de facto* seria um termo demasiado amplo e abrangeria grande parte dos refugiados. Contudo, considerar a possibilidade do não reconhecimento da cidadania da população Rohingya mesmo após se tornarem juridicamente cidadãos é essencial quando se fala em um acordo de repatriação.

É o que defende Nyi Nyi Kyaw (2017). O autor contraria a ideia preconcebida de que a lei de 1982 é a razão para a atual perseguição dos Rohingyas. A partir de uma análise dos anos 1970 até os dias atuais, ele constata que a apatridia dos Rohingyas é mais *de facto* do que *de jure*, visto que eles já eram tratados como apátridas antes da promulgação da lei. Pode ser argumentado que o problema da repatriação sem a criação da estrutura adequada tem suas raízes no princípio do *non-refoulement*³. Quando se considera que a ausência de cidadania dos Rohingyas é o âmago de sua perseguição, a solução lógica é a repatriação. Contudo, partindo do princípio de que a apatridia vai além do status jurídico e se insere na discriminação sofrida pelos Rohingyas por parte do governo e da população, a volta para o país de origem significa a devolução para o local onde é perseguido.

Contudo, a problemática da repatriação não significa que a manutenção da apatridia seja a solução. A ausência de direitos sofrida por apátridas representa uma violência distinta daquela sofrida por refugiados que são nacionais de um país, como afirma Arendt:

[A] situação angustiante [dos apátridas] não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente “supérfluos”, se não se puder encontrar ninguém para “reclama-los”, as suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda a condição legal [...] e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado. (ARENDDT, 1998, p. 329)

Desse modo, a cidadania é, para Arendt, preferível ao status de apátrida. É importante reconhecer que a privação da cidadania é uma institucionalização da perseguição, sendo considerada pela autora como o primeiro passo para o extermínio de uma minoria. A palavra genocídio tem sido evitada pelas Nações Unidas em relação aos Rohingyas, mas muitos acreditam que há indícios de que o governo birmanês esteja seguindo esse caminho. A apa-

3 Princípio de não-devolução que proíbe os Estado de devolverem refugiados para o país onde sofrem perseguição

tridida é, então, apenas um nível das várias violências que os Rohingya sofrem.

CONCLUSÃO

Essa breve análise permite pensar em uma possível solução para a crise dos Rohingya que vá além da ausência de cidadania como um fenômeno isolado ou como a única fonte do conflito. Segundo Kyaw, a repatriação deve ser pensada visando o fim da apatridia *de jure e de facto*. As Nações Unidas defendem a elaboração de medidas por parte de Myanmar que garantam a segurança dos Rohingya em conjunto com a repatriação. Contudo, essa proposta parece ser uma solução a longo prazo. Políticas de conscientização voltadas para a população birmanesa contra a discriminação são necessárias, mas seus resultados não serão vistos imediatamente.

O que pode ser feito a curto prazo para proteger os apátridas que sofrem perseguição? Essa é uma discussão inesgotável que data do século passado, como é observado nos escritos de Arendt. A princípio, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tenta proteger os direitos – não como cidadãos, mas como humanos – dos Rohingya e trabalha em conjunto com o governo de Bangladesh para oferecer ajuda humanitária. Essa é a maneira encontrada pela ONU para abordar a crise de modo imediato enquanto ocorrem as tentativas de diálogo com Myanmar. A eficácia dessas ações é incerta e esbarra na escassez de recursos, principalmente de Bangladesh.

Em suma, a questão da apatridia tem diversos níveis que vão além do jurídico, passando pelo político e social. Sendo assim, resolver essa crise requer mais do que uma mudança na lei. Requer uma compreensão da sociedade internacional do que significa ser apátrida e suas implicações para, assim, formular estratégias de proteção a essa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Eleanor. **The Rohingya Crisis**. [s.l.]: Council On Foreign Relations, 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BEYRER, Chris; KAMARULZAMAN, Adeeba. Ethnic cleansing in Myanmar: the Rohingya crisis and human rights. **The Lancet**, [s.l.], v. 390, n. 10102, p.1570-1573, set. 2017. Elsevier BV. <[http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(17\)32519-9](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(17)32519-9)>.

DIAS, Elizabeth. Will the Rohingya Exodus Be Aung San Suu Kyi's Fall From Grace? **Time**. [s.l.]. 21 set. 2017. Disponível em: <<http://time.com/4951180/myanmars-shame-aung-san-suu-kyi/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

EL PAÍS. 6.700 rohingyas morreram no primeiro mês da perseguição em Myanmar. **El País**. Madri. 14 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/14/internacional/1513239777_109789.html>. Acesso em: 16 dez. 2017.

EL PAÍS. “Limpeza étnica” faz 370.000 muçulmanos fugirem de Myanmar para Bangladesh em duas semanas. **El País**. Genebra. 12 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/12/internacional/1505207979_181915.html>. Acesso em: 16 dez. 2017.

ARENDR, Hannah. O Declínio do Estado Nação e o Fim dos Direitos do Homem. In: ARENDR, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 300-336.

HOLMES, Oliver. Myanmar signs pact with Bangladesh over Rohingya repatriation. **The Guardian**. [s.l.]. 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/nov/23/myanmar-signs-pact-with-bangladesh-over-rohingya-repatriation>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

KYAW, Nyi Nyi. Unpacking the Presumed Statelessness of Rohingyas. **Journal Of Immigrant & Refugee Studies**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.269-286, 3 jul. 2017. Informa UK Limited. <<http://dx.doi.org/10.1080/15562948.2017.1330981>>.

MILTON, Abul et al. Trapped in Statelessness: Rohingya Refugees in Bangladesh. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [s.l.], v. 14, n. 8, p.942, 21 ago. 2017. MDPI AG. <<http://dx.doi.org/10.3390/ijerph14080942>>.

SAFI, Michael. Myanmar burned Rohingya villages after refugee deal, says rights group. **The Guardian**. Delhi. 18 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/dec/18/myanmar-burned-rohingya-villages-after-refugee-deal-says-rights-group>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

UN NEWS CENTRE. Myanmar can draw on UN expertise in tackling Rohingya returns, Security Council told. **UN News Centre**. [s.l.]. 12 dez. 2017. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2017/12/639202-myanmar-can-draw-un-expertise-tackling-rohingya-returns-security-council-told>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

UN NEWS CENTRE. Violence drives more Rohingyas to Bangladesh; in Myanmar, Pope appeals for tolerance – UN. **UN News Centre**. [s.l.]. 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://refugeesmigrants.un.org/violence-drives-more-rohingyas-bangladesh-myanmar-pope-appeals-tolerance---un>>. Acesso em: 16 dez. 2017.